

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA  
FACULDADE AMADEUS - FAMA  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ISABEL CRISTINA OLIVEIRA PAES**

**AS DIFICULDADES NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TEA  
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Aracaju – SE  
2022**

**ISABEL CRISTINA OLIVEIRA PAES**

**AS DIFICULDADES NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TEA  
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Artigo científico apresentado à  
Sociedade de Ensino Superior  
Amadeus, como requisito final para  
obtenção do Grau de Licenciatura em  
Pedagogia.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tâmara Regina  
Reis Sales**

**Aracaju – SE  
2022**

PAES, Isabel Cristina Oliveira.  
AS DIFICULDADES NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TEA NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL. Isabel Cristina Oliveira Paes

Número de páginas (22 p); 30 cm

TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).

Faculdade Amadeus, 1º Sem. 2022.

Orientador(a): Prof<sup>(a)</sup>. Dr.<sup>a</sup> Tâmara Regina Reis Sales

Referencial Bibliográfico: p. 20.

Palavras-chave: Autismo. Dificuldades. Inclusão. Intervenção.

## AS DIFICULDADES NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

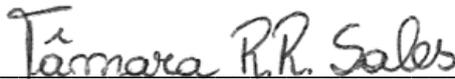
Artigo científico apresentado à Sociedade de Ensino Superior Amadeus, como requisito final para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

---



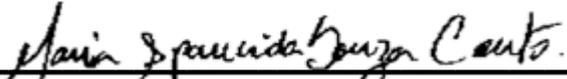
Prof. Me. Williams dos Santos  
Coordenador do Curso

---



Profa. Dra. Tâmara Regina Reis Sales  
Orientadora

---



Profa. Dra. Maria Aparecida Souza Couto  
Avaliadora

---



Profa. Ma. Carla Daniela Kohn  
Avaliadora

Avaliação Final: Aprovada

Aprovada em: Aracaju 17/05/2022

# AS DIFICULDADES NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Isabel Cristina Oliveira Paes

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o autismo e suas intervenções pedagógicas, estruturando em três linhas de compreensão: processo de aprendizagem, fundamentações sobre o autismo e concepções dos pedagogos sobre intervenções e estratégia de ensino para o desenvolvimento escolar de crianças autistas. Na pesquisa bibliográfica o aporte teórico foi Santos (2016), Bruyne (1991), Orrú (2012), Chiotte (2015) e Leboyer (1995), que tratam sobre autismo. Na investigação qualitativa foi utilizado o estudo de caso e como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada. Os dados levantados proporcionaram a compreensão sobre as intervenções estratégicas para as crianças com autismo no âmbito escolar e as dificuldades encontradas nas escolas, como a falta de conhecimentos das pedagogas para lidar com os alunos com TEA, a falta de curso de capacitação, a sala de aula com muitos alunos e não tem apoio escolar.

**Palavras-chave:** Autismo. Dificuldades. Inclusão. Intervenção.

## ABSTRACT

The present research aimed to analyze autism and its pedagogical interventions, structuring it in three lines of understanding: learning process, foundations on autism and pedagogues' conceptions about interventions and teaching strategy for the school development of autistic children. In the bibliographic research, the theoretical contribution was Santos (2016), Bruyne (1991), Orrú (2012), Chiotte (2015) and Leboyer (1995), which deal with autism. In the qualitative investigation, the case study was used and the semi-structured interview was used as a research instrument. The data collected provided an understanding of strategic interventions for children with autism at school and the difficulties encountered in schools, such as the pedagogues' lack of knowledge to deal with students with ASD, the lack of a training course, the classroom with many students and no school support.

**Keywords:** Autism. Difficulties. Inclusion. Intervention.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos vem sendo discutido sobre um Sistema Educacional de Qualidade, no entanto, o que se percebe é que, na prática, a inclusão não acontece de maneira adequada e os pedagogos que atuam no primeiro contato dos anos

iniciais, atores principais dessa mediação, são pouco instruídos e perpetuam a exclusão do sistema.

Partindo dessa percepção, o presente estudo tem como finalidade compreender as principais demandas e a problemática da inclusão, tomando como público os pedagogos e suas dificuldades para lidar com alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA no contexto da aprendizagem escolar relacionados ao seu desenvolvimento enquanto pessoas no mundo.

Segundo Gaiato, Teixeira (2018), o Autismo é uma condição neurológica, condição caracterizada por prejuízo significativo na comunicação, no comportamento e na interação social, que se inicia nos três primeiros anos de vida e que tem causas multifatoriais. Os TEA são considerados, atualmente, transtornos do desenvolvimento de causas neurológicas de acordo com os critérios eminentemente clínicos. As características básicas são anormalidades qualitativas e quantitativas que, embora muito abrangentes, afetam de forma mais evidente as áreas da interação social, da comunicação e do comportamento restrito e repetitivo e interesse por determinadas atividades e objetos.

O TEA é dividido em três graus, leve: em que o sujeito pode estar inserido no mercado de trabalho, faculdades, porém possui dificuldade na interação social e em relatar fatos, por mais que tenha sua cognição preservada. No grau moderado, a diferença entre o leve é quando o autista precisa de ajuda, suporte, mediação para “funcionar” na sociedade, tem dificuldade intelectual também para se fazer entender e entender o outro e tende a ter comportamento agressivo e autoagressão. Já no grau severo, o sujeito precisa de terapia constante, apoio, pessoas para ajudar a fazer as atividades fora de casa e na escola, principalmente as tarefas da vida diária, ou seja, não conseguem ser autônomos para ir ao banheiro sozinhos, para comer, escovar os dentes, entre outros, não conseguem ter os cuidados básicos de higiene, costumam ser muito isolados e não gostam de interferências, podem até se desorganizar, geralmente eles têm um atraso cognitivo, tem um nível de comprometimento em deficiências intelectuais.

O interesse concreto sobre este estudo surgiu de uma experiência no primeiro estágio, em que comecei a trabalhar com crianças com TEA e a dificuldade de entender foi imensa, não tinha conhecimento nenhum e quase desisti de tudo por não ter tido uma base ou um curso para lidar com elas. O trabalho foi desenvolvido com professores e crianças da Educação Infantil de três a cinco anos, essa faixa etária

foi escolhida, pois essa idade é quando se descobre o diagnóstico mais preciso e quanto mais cedo trabalhar com as crianças, melhor o desenvolvimento delas, que costuma ser chamado de intervenção precoce, quanto mais cedo começar a estimular as crianças melhores resultados elas terão no futuro, e tem como objetivo principal torná-las independentes.

Como questão de pesquisa, norteou o estudo: quais as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem de crianças com TEA?

Os objetivos deste artigo são, geral: compreender as dificuldades enfrentadas pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem de crianças com TEA; específicos: conceituar o transtorno do espectro autista, investigar as características apresentadas em crianças com TEA e analisar como os pedagogos lidam com as crianças diagnosticadas com TEA em sala de aula.

Segundo Bruyne (1991), a metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma “metrologia” ou tecnologia da medida dos fatos científicos.

A metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados. (BRUYNE, 1991 p. 29).

O caminho metodológico no qual optou-se para o desenvolvimento desta pesquisa se constituiu em estudo qualitativo, bibliográfico e de caso, defendido por Prodanov (2013 p.54) como pesquisa de caráter explicativo e interpretativo, permitindo entender a natureza do fenômeno social em constante transformação.

Deste modo, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2000, p. 21).

O estudo tem caráter qualitativo pois é útil e necessário para identificar e explorar os significados dos fenômenos estudados e as interações que estabelecem, assim possibilitando estimular o desenvolvimento de novas compreensões sobre a variedade e a profundidade dos fenômenos sociais (BARTUNEK; SEO, 2002).

Para sua efetivação inicialmente foi realizada a uma revisão bibliográfica, buscando identificar os aspectos mais relevantes da questão e que subsidiaram as análises aqui desenvolvidas. A pesquisa bibliográfica foi inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento a atualização do conhecimento, o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que foi direcionar o trabalho científico o que necessitou uma dedicação. (GIL, 1994)

Segundo Lima e Miotto (2007, p.147) “quando uma pesquisa bibliográfica é bem feita, ela é capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas”.

A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), é realizada:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Os sujeitos participantes desta pesquisa se configuraram em quatro pedagogas que no contexto das suas responsabilidades esperam ensinar de forma que tragam resultados satisfatórios no desenvolvimento da aprendizagem escolar dos seus alunos.

Nas palavras de Pádua (2004, p. 74), “o estudo de caso trata-se de abordagem qualitativa, seja como o próprio trabalho monográfico, seja como elemento complementar em uma coleta de dados”. Alinhando este raciocínio a Minayo (2000) afirma que

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis. (MINAYO, 2000, p. 21-22)

Como instrumento de pesquisa, foram realizadas entrevistas em uma escola na cidade de Aracaju/SE, da rede privada, com pedagogas que atuam na Educação Infantil (alunos de três a quatro anos).

Optou-se por uma entrevista semiestruturada para a análise da pesquisa em questão.

A entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

As entrevistas seguiram um roteiro norteador e abordaram questões como: se realizou algum curso específico para trabalhar com crianças com TEA, qual metodologia usada para trabalhar com esses alunos, quais as dificuldades enfrentadas, qual a opinião sobre o sistema educacional brasileiro.

Assim, a compreensão das concepções dos professores sobre a escola e suas atribuições na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com TEA, foram revelados a partir da investigação no ambiente natural onde foi realizada as pesquisas.

## **2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

“Autismo é uma palavra de origem grega (autós), que significa por si mesmo. É um termo usado, dentro da psiquiatria para denominar comportamento humanos que se centralizam em si mesmos, voltados para o próprio indivíduo” (ORRÚ, 2012, p.188).

## 2.1 Origem, história e diagnóstico

O termo autismo foi caracterizado por Eugen Bleuler (1911), como uma condição em que os indivíduos não mantêm contato com a realidade e com dificuldade ou impossibilidade de comunicação.

De acordo com Leboyer (1995, p. 9), Leo Kanner (1943) denominou como “autistas as crianças que têm inaptidão para estabelecer relações normais com o outro; um atraso na aquisição da linguagem e, quando ela se desenvolve, uma incapacidade de lhe dar um valor de comunicação”. Leo Kanner (1968) descreve 11 casos de crianças com comportamento específicos e comuns e denominou como Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, ou seja, as crianças para ele não possuíam nenhum contato afetivo.

Já nos anos 90, Hans Asperger (1994), psiquiatra e pesquisador austríaco, publicou casos parecidos com os descritos por Kanner, porém denominou como Psicopatia Autística ou Síndrome de Asperger, onde pôde analisar que as crianças possuíam uma síndrome, porém seu cognitivo era preservado.

Com o passar do tempo, em 2004, foi classificado no DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), como TID (Transtorno Invasivos do Desenvolvimento), transtornos e síndromes que apresentam as características de comprometimento em aspecto de comunicação, interação social e de comportamento, porém, na quinta edição, DSM-V CID 11 lançada em 2013, o termo Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) foi introduzido, caracterizado por pessoas que apresentam alterações em aspectos comportamentais e da comunicação que afetam a interação social.

Conforme Santos (2016, p. 70),

De acordo com a nova revisão, o DSM-V, a classificação Transtornos Globais do Desenvolvimento foi substituída pelo novo termo Transtorno do Espectro Autista (TEA), tendo como objetivo acabar com as inúmeras subdivisões existentes e incluí-las dentro de um único grupo. Na prática clínica, na qual muitos profissionais não se baseavam nas diferenças entre os vários subtipos, mas sim utilizavam os graus de severidade do transtorno como principal critério.

Assim, o diagnóstico do autismo é feito através de avaliação do quadro clínico. Não existe nenhum tipo de exame que comprove o autismo. Para obter o diagnóstico, foram criados escalas, critérios e alguns questionários feito na anamnese.

De acordo com o Manual DSM-V (APA, 2014), a classificação da gravidade se dá em três níveis, de acordo com os dois critérios, como o prejuízo persistente na comunicação social recíproca e interação social; e os padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

No nível leve (necessita de apoio) - comunicação recíproca e interação social: necessidade de ajuda, quando há ausência de apoio ficam evidentes os prejuízos causados pelos problemas de comunicação, possuem dificuldade na iniciativa de interação social, com respostas atípicas ou não efetivas, além da possibilidade de apresentar interesse reduzido às aberturas sociais. Comportamentos restritos e repetitivos: inflexibilidade de comportamento, com dificuldade em trocar de atividade, além de obstáculos à autonomia, devido aos problemas para a organização e planejamento.

Moderado (exigência de apoio substancial) - comunicação recíproca e interação social: os déficits são graves nas aptidões de comunicação social verbal e não verbal; apresentam danos sociais visíveis, mesmo com ajuda, além da limitação na iniciativa e resposta reduzida ou anormal na interação social. Comportamentos restritos e repetitivos: aparecem frequentemente sendo óbvios ao observador casual e apresentam a inflexibilidade do comportamento, com sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.

Grave (exigindo apoio muito substancial) - comunicação recíproca e interação social: exibem déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal que causam graves danos de funcionamento, além de grande limitação na iniciativa e mínima resposta à interação social. Comportamentos restritos e repetitivos: apresentam inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos e repetitivos que interferem acentuadamente nessa interação, o que causa grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as atitudes.

Assim, pessoas com TEA possuem um transtorno neurológico caracterizado pelo comprometimento na comunicação e interação social e o comportamento restritivo e repetitivo. Cada uma se enquadra em um nível. O nível 1

é o leve, este não é muito perceptível, apresenta um pouco de prejuízo na interação social, alguns possuem um comportamento restritivo, seguem rotinas e tem resistência para mudá-las. Já o nível 2, o grau moderado, é o mais perceptível, pois apresentam uma certa dificuldade na comunicação social e interação social, ficam irritados com mais facilidade, tem maior dificuldade a mudanças de rotinas. E o nível 3, severo é o mais notório, pois as crianças possuem uma maior dificuldade na comunicação sendo ela uma criança que apresenta fala ou não, na maioria das vezes é necessário fazer o uso de medicação, possuem estereotípias (movimento repetitivos).

A posição social e o lugar da criança com autismo são muitas das vezes atravessadas pela impossibilidade de participar de atividades tipicamente infantis, devido às suas características e, principalmente, ao comportamento estereotipado. (CHIOTE, 2015, p. 29)

De acordo com BRITES, Clay (2020) Parte daí a importância da medicação, é importante a medicação para que os autistas consigam se sociabilizar já que o medicamento acalma e eles conseguem essa interação. Observa-se que quando a criança é medicada apresenta uma estabilidade no humor, diminui a sua ansiedade, melhorando sua qualidade e se permitindo um maior convívio social. Vale ressaltar que o uso de medicação só funciona mediante a um trabalho psicoterápico.

## **2.2 A problemática da inclusão: Um desafio ainda presente na educação**

Historicamente, a escola caracterizou-se por uma visão de educação que ao idealizar um aluno considerado modelo, acabou por promover a exclusão daqueles que fogem aos padrões. Tal concepção legitimou-se por meio de políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. No atual contexto social, ainda se verifica a exclusão, mas essa concepção de escola vem se modificando com a democratização do acesso e emergência da concepção de educação como direito de todos.

Nas últimas décadas muito tem sido discutido a respeito da constituição de um sistema educacional inclusivo, capaz de assegurar a crianças e jovens uma aprendizagem de qualidade. Contudo, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo

defronta-se com o desafio de inclui-los e não apenas integrá-los na escola regular. Diferentemente da integração que, segundo Mantoan (2015, p.69), é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas; a inclusão se traduz pela aceitação, valorização das diferenças, pelo respeito aos valores culturais, conforme definido na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 8-9):

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início ainda no período Imperial, sob inspiração de experiências norte-americanas e europeias. Duas instituições foram criadas nessa época, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), atual Instituto Benjamin Constant - IBC, e o Instituto dos Meninos Surdos (1857), atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro. Na primeira metade do século XX, foram criados o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; a Sociedade Pestalozzi (1945), instituição especializada no atendimento educacional às pessoas com superdotação, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (1954). Em suma, as instituições destacadas acima primavam pelo assistencialismo e tinham caráter privado, exceto o INES, instalado pelo poder público, após a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro – CESB (1957).

No plano legal, a primeira lei que traçou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 4.024/61) fez referência ao direito dos “excepcionais” à educação, de preferência na rede regular de ensino. Lei que foi concebida e aprovada durante o regime liberal populista, que se instalou no país em 1945. Com a promulgação da Lei nº 5.692/71, que alterou a Lei nº 4.024/61, essa preocupação com os deficientes foi ampliada ao definir “tratamento especial” para os estudantes com deficiências físicas, mentais, os com atraso considerável na idade regular de matrícula e superdotados. Contudo, estudiosos da questão como Cunha (2015) entendem que não se verificou avanço significativo quanto ao atendimento uma vez que preconizava

o encaminhamento das crianças e jovens com deficiência às classes e escolas especiais. Nesse período, nenhuma política pública de acesso universal à educação foi efetivada, e permaneceu a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação dos estudantes com deficiência.

Em 1972, foi constituído pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC, o Grupo-Tarefa de Educação Especial que convidou o especialista em Educação Especial James Gallagher para assessorar o Grupo, surgindo daí a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira. Houve também a criação do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, órgão central sediado no MEC com a finalidade de gerir a proposta. Esse Centro, foi posteriormente transformado em Secretaria de Educação Especial - SEESP, que manteve basicamente as competências e estrutura organizacional de seu antecessor, o MEC.

Com a redemocratização do país e com a promulgação de uma nova Constituição Federal em 1988, a educação passou a se constituir em direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Art.205). No seu artigo 206, inciso I, estabelece “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Art.208). (BRASIL, 2010, p.11)

Dessa fase por diante, a evolução dos serviços de educação especial foi transformando-se de eminentemente assistencial, visando apenas o bem-estar da pessoa com deficiência, para a preocupação com as instituições educacionais e integração da educação especial no sistema geral de ensino. No ano de 1990, o Estatuto da Criança e do adolescente – ECA, Lei nº 8.069, em seu artigo 55, reforçou os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

A mudança na concepção de atendimento às crianças com deficiência ganhou expressão na década de 1990 com a realização de eventos internacionais como a Conferência Mundial de Educação para Todos<sup>1</sup> (1990) e a Conferência de

---

<sup>1</sup> - Conferência Mundial, realizada em Jomtien, Tailândia, promovida pelo Banco Mundial, a UNESCO, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Contando com a participação de educadores de diversos países, a conferência aprovou a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”.

Salamanca<sup>2</sup>(1994), os quais passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. Segundo Cunha (2015, p.37), nesse mesmo ano a Política Nacional de Educação Especial passou a orientar o processo de integração instrucional, que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos típicos. Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não reformulou as práticas educacionais, mas manteve a responsabilidade de educação desses alunos, exclusivamente no âmbito da educação especial.

Assim, a partir das influências citadas acima, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 enfatizou a valorização da educação inclusiva. No seu artigo 59, preconiza que

os sistemas de ensino deverão assegurar os recursos necessários para aprendizado escolar e conseqüente inclusão, o que requer currículos, métodos e técnicas adequadas; recursos e organização; professores especializados e capacitados para inserção do estudante na vida em sociedade, inclusive dando-lhe condições, sempre que possível, à capacitação do trabalho. (CUNHA, 2015, p. 37)

Dando continuidade as transformações acerca das leis que tratam da educação das crianças e jovens com necessidades especiais, em 1999, a Convenção de Guatemala promulgada no Brasil, pelo decreto nº 3.956/ 2001, afirma que

as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais (BRASIL, 2014, p. 4).

Nessa mesma perspectiva de educação inclusiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, definem que as instituições de ensino superior devem conter nos currículos, uma formação docente voltada para atenção à diversidade e que contemple conhecimentos

---

<sup>2</sup> Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, na Espanha, contando com a presença de 88 governos e 25 organizações internacionais. O Brasil foi consignatário do documento referente denominado “Declaração de Salamanca”.

específicos acerca dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Com o passar dos anos, outras leis e decretos foram sendo implementados com o intuito de garantir um sistema de educação, voltado para pessoas com deficiências, inclusivo e de qualidade. Especificamente, no ano de 2012, é criada a Lei 12.764, também conhecida como “Lei Berenice Piana”, que institui a Política Nacional de Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa lei, destaca que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada deficiente, para todos os efeitos legais e garante que tem direito de estudar em escola do ensino regular, tanto na educação básica como no ensino profissionalizante, e quando necessário, com o apoio de um mediador especializado.

Assim, como pode ser observado no exposto acima, muitos desdobramentos ocorreram durante décadas visando garantir os direitos das crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, no entanto a inclusão desses no sistema regular de ensino tem caminhado em passos lentos.

### **2.3 O processo de ensino para os alunos com TEA**

O transtorno do Espectro Autista está associado a vários tipos de problemas tanto de ordem neuroquímica como neurológica. Algumas características afetam a aprendizagem como: estereotipias, hiperatividade e déficit de atenção. Esse processo requer do docente a aquisição de conhecimentos científicos sobre o assunto de modo a subsidiar a identificação do transtorno. Diante dessas características o pedagogo precisa conhecer o seu aluno, pois facilitará sua forma de ensino.

Além do mais, é necessário buscar e traçar estratégias para alcançar uma educação de qualidade, e para isso é necessário seguir três passos básicos: observar, avaliar e mediar.

A observação faz do professor um grande pesquisador, pois registra tudo que vê, levará a conhecer os alunos, suas qualidades, seus defeitos e suas limitações, o comportamento que também é uma forma de expressão. Fazer um repertório escolar para saber quais habilidades acadêmicas que possuem e quais ainda deve adquirir, encontrar oportunidades para que eles consigam superar cada desafio e para isso é necessário observar.

Avaliar é uma ação objetiva para compreender o comportamento do aluno em relação aos instrumentos de ensino e aprendizagem. A avaliação é o primeiro passo a ser dado pois é a partir daí que o professor vai traçar o caminho com auxílio do aluno que deve se construir. É primordial que o professor se autoavaleie e veja se os recursos utilizados no ambiente pedagógico estão de acordo com a necessidade de quem está aprendendo. O aluno não pode ser avaliado igual ao seu colega e sim com base no seu próprio desenvolvimento.

Já mediar é o processo de intervenção com o aluno e o conhecimento. É a junção da observação e da avaliação. É trazer motivação, desafios para que os alunos aprendam, nela o professor trará atividades irão permitir um bom desenvolvimento e que se encaixe ao perfil dos seus alunos.

Os pedagogos devem traçar estratégias de ensino para trabalhar com seus alunos, como delimitar espaço para as atividades, perguntas simples e direta, tarefas coloridas e não preta e branco, materiais concretos, com isso é preciso compreender que as atividades pedagógicas precisam ser de acordo com as suas limitações, buscando fazer perguntas diretas e objetivas. Proporcionando atividades que estimulem a concentração, pois além de atrair sua atenção é muito importante na aprendizagem escolar, evitando a desordem de informação e pensamentos aleatórios. Os reforçadores positivos e o incentivo do professor tornam maior o interesse do aluno.

De acordo com Cunha (2015, p. 68)

Toda a postura é relevante na estruturação das habilidades linguísticas. Falar de maneira suave, sem pressa e claramente permite o aprendizado natural e descortina os caminhos da comunicação com o mundo exterior. Existe uma diferença crucial entre comunicar e transmitir. A transmissão é passível e interrupção ou ruídos. A comunicação pressupõe uma proposição acabada, uma ação intransitiva, que não precisa de complemento, pois se presume que atingiu o seu fim. Por fim, transmitir não é o mesmo que comunicar.

Levando-se em consideração o comprometimento do aluno com TEA algumas intervenções podem ser aplicadas, com o objetivo de adequar e reduzir os comportamentos inapropriados, para ampliar ou possibilitar a comunicação e a aprendizagem.

### 3 DADOS DA PESQUISA

Conforme já descrito na introdução, a pesquisa contemplou uma amostra composta por quatro pedagogas da rede privada de ensino, intituladas nesta pesquisa por P1, P2, P3 e P4. Todos os indivíduos que compuseram a amostra são do sexo feminino, encontram-se na faixa etária dos 23 aos 36 anos e possuem graduação em Pedagogia. As professoras P1 e P2 atuam na Educação Infantil há quatro anos, já as outras duas, P3 e P4, há 7 anos.

As perguntas feitas na entrevista foram as seguintes:

- 1) Possui algum tipo de capacitação para trabalhar com crianças com TEA?
- 2) Quais as dificuldades encontradas no cotidiano?
- 3) Qual material didático é utilizado? Se necessário, a adaptação é feita?
- 4) Como é trabalhar a inclusão em sala de aula?
- 5) Você consegue incluir os alunos com TEA nas atividades externas com os outros alunos?

Em relação a curso de capacitação apenas duas professoras possuem especialização, que são P3, em ABA (Análise do Comportamento Aplicado) e P4 em AEE (Atendimento Educacional Especializado). As outras duas, P1 e P2, falaram que assistem vídeos no *YouTube* e leem sobre o autismo.

Segundo Libâneo (2004, p. 227):

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

A formação continuada é de suma importância para nós pedagogos, pois é através dela que trocamos conhecimento, nos tornamos alunos, buscamos novas técnicas para ministrar nossas aulas, deixando-a mais atrativa, divertida e com isso motivar os alunos.

No que diz respeito a quantidade de alunos com TEA na sala de aula, a professora P1 possui dois alunos, a professora P2, um aluno, a P3, três alunos e a P4, dois alunos.

Referente as dificuldades, as professoras relatam que falta apoio dos pais e as escolas que não contratam profissionais capacitados. Para elas, um auxiliar para uma sala com mais de 15 alunos não consegue ajudar a todos, além de que o professor fica sobrecarregado e a atenção fica ruim para os alunos, o ideal seria um AT (acompanhante terapêutico). Também relataram a falta de cursos de capacitação para lidar com os alunos com TEA.

A Lei 12.764/2012 menciona que a pessoa com TEA, incluída nas classes comuns de ensino regular, tem direito a acompanhante especializado, em casos de comprovada necessidade (Parágrafo único, inciso IV, Art. 3º). Diante disso, observa-se que a garantia do direito a um acompanhamento especializado constitui um avanço significativo na direção da efetivação das práticas inclusivas. Porém, na prática, conforme os relatos das docentes, isto não acontece.

Quanto aos materiais didáticos, duas professoras (P3 e P4) falaram que usam apostilado quando o aluno tem dificuldade. P2 relata que se os pais já compraram o livro da editora, não consegue fazer a adaptação e o que faz é adaptar a vivência em sala de aula quando ministra o conteúdo. A professora P1 costuma pesquisar atividades na internet de acordo com o nível de desenvolvimento que o aluno se encontra. Em suas palavras, “em relação a adaptar material é uma tarefa desafiadora, visto que uma sala de aula além de ter muitos alunos para darmos suporte, as editoras enviam livros que dificultam a adaptação, o tempo para fazermos essa adaptação é muito curto, o que ajudaria era ter uma pessoa qualificada na escola para ficar com essa parte de adaptação, pois o material é individualizado”.

Para lidar com a inclusão todas as professoras disseram que existe muita dificuldade, tanto pelo suporte da equipe multidisciplinar tanto do apoio da gestão escolar que é falho, além da maioria dos pais não aceitarem o diagnóstico dos seus filhos, o que prejudica bastante a inclusão, pois inserir não é incluir.

E para lidar com as atividades externas as pedagogas mencionaram que existem dificuldades, pois além dos alunos possuírem suas limitações, a distração atrapalha muita na execução das atividades. As docentes procuram incluir ao máximo, fazendo atividades em círculo sempre deixando o aluno mais próximo de si, pinturas nas paredes, porém é difícil conseguir controlar toda a turma e o aluno com TEA, pois como haviam mencionado se distraem facilmente.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto podemos observar que a inclusão no Brasil ainda está em passos lentos, as leis não se cumprem de forma correta. Existem muitas escolas que recusam crianças com TEA, mesmo escrito na lei que não se pode recusar matrículas.

É preciso investir mais em curso de capacitação, para que os pedagogos possam estar preparados para receber os alunos com TEA, saber lidar com cada um e não apenas inserir na classe. Lembrando que não são só os pedagogos, mas a escola também precisa estar preparada para recebê-los.

Podemos destacar que a escola necessita de uma reforma por completo tanto estrutural, quanto curricular, de forma que acolha as crianças com TEA, é preciso também de uma equipe pedagógica e multidisciplinar preparada para intervir e incluir os alunos com todos os suportes necessários.

A sociedade já consegue “aceitar” cada vez mais as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, pois a cada dia vem se falando mais sobre o assunto, mais pessoas estão tendo o diagnóstico precoce, porém ainda é preciso muito para se melhorar, mas os avanços estão acontecendo de forma gradativa.

Para que isso possa acontecer é preciso que seja cumprido o que está previsto na lei e que se invista em cursos de capacitação, equipes de orientadores e materiais para trabalhar com esse público. Pois a educação é um direito de todos.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARTUNEK, J. M.; SEO, M. Qualitative research can add new meanings to quantitative research. **Journal of Organizational Behavior**, v. 23, n. 2, p. 237-242, 2002.

BRASIL ECA-1990

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)> Acessado em: 10/09/2021.

BRASIL. **Relatório de Gestão**. SEED/MEC, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16181-relatorio-gestao-seed-2008-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16181-relatorio-gestao-seed-2008-pdf&Itemid=30192)> Acessado em: 16/09/2021.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)> acessado em: 15/09/2021

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos - Legais da Educação Especial na Perspectiva Educação Inclusiva**/ Secretaria da Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRITES, Clay. **Como funciona o tratamento para o autismo com remédios**. Neurosaber: Arapongas, [2017]. Disponível em: <http://entendendoautismo.com.br/artigo/como-funciona-o-tratamento-para-o-autismo-com-remedios/>. Acesso 20/09/2021

BRUYNE, P. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1991.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica** – 2 ed. RJ: ed. Wak, 2015.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na Escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar - ideias e praticas pedagógicas**. 3ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

KANNER, L. Affective disturbances of affective contact. **Nervous Child**, 1943.

LEBOYER, M. **Autismo infantil: fatos e modelos**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 192 p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática**. Goiania: Alternativa, 2004

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál. Florianópolis**, v. 10 n. esp, 2007.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: o que é, por que, como fazer**. São Paulo, Summus, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed; 2012, 188p.

PÁDUA, Elisabete M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico prática**. Campinas: Papyrus, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, C. U. N. **Os 3 graus do autismo**. 2016. Disponível em: <http://carlaulliane/2016/os-3-graus-do-autismo/> Acessado em: 28/06/2021.

SILVA, A GAITO M. REVELES L. **Mundo Singular**. Rio de Janeiro: Editora objetiva, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca. Espanha, 1994.

## TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Isabel Cristina Oliveira Paes, acadêmico (a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Amadeus/FAMA, orientado (a) pela Prof. (a) Dra. Tâmara Regina Reis Sales, declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso, cujo tema versa sobre: o processo de ensino e aprendizagem de crianças com TEA na educação infantil, atende às normas técnicas e científicas exigidas na elaboração de textos e ao Regulamento para Elaboração do TCC da referida Instituição.

As citações e paráfrases dos autores estão indicadas e apresentam a origem e ideia do autor (a) com as respectivas obras e anos de publicação.

O Código Penal em vigor, no Título que trata dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual, dispõe sobre o crime de violação de direito autoral – artigo 184 – que traz o seguinte teor: Violar direito autoral: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. E os seus parágrafos 1º e 2º, consignam, respectivamente:

A § 1º Se a violação consistir em reprodução, por qualquer meio, com intuito de lucro, de obra intelectual, no todo ou em parte, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, (...): Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, (...).

§ 2º Na mesma pena do parágrafo anterior incorre quem vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire oculta, empresta troca ou tem em depósito, com intuito de lucro, original ou cópia de obra intelectual, (...), produzidos ou reproduzidos com violação de direito autoral (Lei n.º 9.610, de 19.02.98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, publicada no D.O.U. de 20.02.98, Seção I, pág. 3).

Declaro, ainda, minha inteira responsabilidade sobre o texto apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Aracaju SE, 17/05/2022.



---

Assinatura da aluna concluinte